



## **Crônica de um grande desmonte**

Luciano Coutinho

Não há precedente na história do Brasil de um período tão intenso e tão rápido e desnacionalização e de debilitação do Estado nacional quanto o dos últimos seis anos. A resistência a esse processo foi surpreendentemente baixa, o que se explica pela adesão tão incondicional quanto irrefletida da elite brasileira à onda ideológica neoliberalizante.

Inspirada nos interesses do grande capital - que nunca respeitou fronteiras e desde sempre buscou explorar todos os espaços mundiais de mercado- codificada nos mandamentos do "Consenso de Washington" - que organizou a atuação das agências multilaterais de regulação do comércio, finanças e supervisão dos países em desenvolvimento - animada pelos enormes fluxos de capitais e pelo extraordinário processo de valorização dos ativos financeiros e entronizada como totem supremo pela grande mídia, a grande onda ideológica do "borderless world" engolfou quase todos os países, partidos políticos e sociedades nos anos 90.

A derrocada do "sovietismo" burocrático da ex-URSS deu a partida para esse novo mundo triunfante do mercado acima das nações. Exceções foram poucas: a China (persistindo em seu projeto nacional, singular, de socialismo de mercado híbrido com capitalismo de Estado); a Índia (cujo processo lento e truncado de liberalização, sob o Partido do Congresso, foi interrompido pelo nacionalismo do partido Bharatya Janata hoje no poder); Taiwan (por oposição simétrica à China); a França e a Alemanha (pela paradoxal ousadia de tentar criar, juntas, uma nova moeda continental para se livrar da tirania do dólar). Finalmente, a reiterada exceção do Japão, uma sociedade mobilizada por uma coesa cultura nacional (hoje em lenta decomposição). É importante sublinhar as exceções (que, afinal, são importantes) para mostrar que não havia "inevitabilidade" histórica na adesão brasileira.

Na América Latina a adesão à nova onda foi total. Na Ásia, quase total. A elite brasileira (inclusive grande parte da sua "intelligentzia") embarcou na folia com imperdoável irresponsabilidade. Estado, regulação pública, empresa nacional, projeto de desenvolvimento, proteção, soberania, autonomia, capacitação tecnológica, interesse nacional, direitos sociais e trabalhistas passaram a constar de um índice maldito - vocábulos banidos do novo dicionário politicamente correto. A Constituição de 1988, por isso, repudiada.

Quem não abjurou foi tachado de retrógrado, atrasado, jurássico. A grande maioria do espectro político brasileiro aderiu sem vergonha ao léxico neoliberal -inclusive muitos dos expoentes da aliança democrática, social-reformista e desenvolvimentista que tanto lutaram para mudar o regime autoritário.

Essa adesão "oportuna" foi bem compensada pelos prêmios de popularidade decorrentes da estabilização da moeda implantada pelo Plano Real. Este, viabilizado pelo forte ingresso de capitais, foi logo se tornando um círculo vicioso de câmbio supervalorizado e dependência crescente (via déficit externo) dos humores dos

**investidores estrangeiros. Ante um desequilíbrio comercial cada vez maior, se fazia imprescindível abrir mercados, atrair capitais, oferecer papéis a juros altíssimos, vender empresas estatais e ativos produtivos privados a preços vis. Enfim, dançar conforme a música dos grandes interesses internacionalizantes.**

**A desnacionalização foi rápida, crescente e profunda na indústria e depois em setores de serviços e de infra-estrutura.**

**Mais que triplicou de 1995 a 1999 o estoque de investimento direto estrangeiro, em larga medida em setores que não podem exportar ("non tradeables"), mas que gerarão um substancial fluxo futuro de remessas de lucros, dividendos e outras rendas para o exterior, pressionando o balanço de pagamentos do país - hoje estruturalmente debilitado e ponto nodal de fragilização do Estado brasileiro.**

**Mas não é só. O custo de capital brutalmente desfavorável (dado pelos juros elevadíssimos e pelo alto risco-país) incentivou a alienação de grandes empresas nacionais; esvaziou núcleos próprios, importantes, de desenvolvimento tecnológico; suprimiu dos mercados marcas brasileiras (muitas delas centenárias); aniquilou empresas e projetos inovadores; e subordinou ou transferiu centros relevantes de decisão privada para o exterior. Setores fundamentais para a revolução tecnológica, como o de telecomunicações, foram irresponsavelmente entregues a empresas estrangeiras (neste caso, ademais, sob um modelo empresarial pulverizado e ineficiente).**

**A elite brasileira parece estar finalmente acordando para as malignas implicações desse verdadeiro desmonte do Brasil enquanto nação, enquanto estrutura capitalista e enquanto Estado. Mas essa consciência precisa ficar mais clara, e logo, para que se possa concretizar um grande superávit comercial, deter a privatização desnacionalizante, robustecer as empresas nacionais que restaram e iniciar uma dura e difícil reconstrução - sem xenofobia e reconhecendo os novos desafios da concorrência mundial.**

---

(\*) Professor titular do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp)- Foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia (1985-88) - (Folha de São Paulo, 30/01/2000)